

XIX Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo
Florianópolis, 20 a 22 de outubro de 2025

**A SIDERURGIA SINO-BRASILEIRA A PARTIR DA EXPANSÃO MATERIAL DO
CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO ESTADUNIDENSE (1950-1980)**

Felipe Hübner Rodrigues Alvim¹

Florianópolis
2025

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI-UFSC), com subvenção de bolsa CAPES/DS.

RESUMO EXPANDIDO

O presente trabalho, com auxílio de bolsa CAPES/DS, busca analisar as trajetórias de acumulação de capital de Brasil e China a partir da expansão do setor siderúrgico, paralelas ao espraiamento da influência dos Estados Unidos na economia-mundo capitalista, a partir do início de seu ciclo sistêmico de acumulação (CSA), ambos iniciados por volta dos anos 1940-50 (Arrighi, 1996). Giovanni Arrighi define que os CSA são caracterizados como um padrão reiterado do capitalismo, formados por uma fase de expansão material e outra de expansão financeira. Portanto, a fase de expansão material de um ciclo sistêmico de acumulação, interessante à pesquisa, é representada por uma parte da fórmula marxiana de dinheiro-mercadoria, na qual o capital monetário transporta uma quantidade crescente de produtos, como o trabalho e os recursos naturais, esses todos se transformando em mercadorias (Arrighi, 1996, p. 6).

Assim, o objetivo é verificar se a fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação dos EUA, por volta dos anos 1950-1980, foi condição catalisadora ou limitadora à industrialização sino-brasileira. Por isso, serão verificadas quais eram as capacidades estruturais relativas à siderurgia de Brasil e China e como essas reagiram às pressões exercidas pelo centro da economia-mundo. Logo, o problema de pesquisa é: como a fase de expansão material do CSA norte-americano interferiu na estratégia sino-brasileira de fomento da siderurgia como ferramenta de acumulação de capital?

O artigo adotará a metodologia proposta por Charles Tilly (1984), referente à comparação abrangente (*encompassing comparison*), que consiste na seleção de localidades compreendidas dentro de um processo ou estrutura a fim de verificar semelhanças e diferenças entre essas e a relação das partes com o todo (Tilly, 1984, p. 125). Também serão feitas investigações por fontes primárias e secundárias, utilizando-se da análise qualitativa para formar possíveis resultados e interpretações, com base em Goertz e Mahoney (2012). De acordo com os autores, no campo qualitativo, o interesse está em explicar os resultados de casos individuais e os efeitos de fatores causais específicos dentro desses casos. Assim, torna-se necessário iniciar pelos eventos empíricos e retroceder para investigar suas causas (Goertz; Mahoney, 2012, p. 42).

Na pesquisa, o marco teórico é a análise dos sistemas-mundo, perspectiva abordada inicialmente por Immanuel Wallerstein (1974), ao compreender dois conceitos: a economia-mundo capitalista, um sistema histórico-social composto por uma divisão do trabalho única e formada por diversas unidades políticas e culturais distintas, porém conectadas pelo capitalismo (Wallerstein, 1979, p. 6-9). E a semiperiferia, o estrato

intermediário dessa mesma organização histórico-social, *locus* que abarca uma quantidade semelhante de atividades econômicas centrais e periféricas ou uma zona que está em níveis médios de intensidade de capital e de trabalho (Chase-Dunn, 1989, p. 210-211).

Segundo Arend (2013), as estratégias industriais do governo Vargas (desde 1930) foram condicionadas pela transição hegemônica da Grã-Bretanha para os EUA, o que impulsionou o nacional-desenvolvimentismo. Contudo, com o pós-Segunda Guerra e a hegemonia consolidada dos EUA, esse projeto sofreu pressões institucionais externas — como Bretton Woods e o Plano Marshall — que induziram à liberalização econômica e à contenção do nacionalismo (Arrighi; Silver, 2001; Bastos, 2003 apud Arend, 2013, p. 153). Também, de acordo com Vasini (2024), o desenvolvimento da siderurgia brasileira, vide a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, é entendido a partir da conjunção de fatores externos e suas respostas internas, pois essa foi criada como uma estratégia de reação à competição dos EUA e Alemanha sobre maior projeção político-econômica na América Latina (Baer, 1970; Bastos; Humberto, 1957 apud Vasini, 2024, p. 77). Por isso, a siderurgia, nesse sentido, era um instrumento de fortalecimento militar e industrial, no entanto, permitia aumentar a penetração do capital estrangeiro no Brasil (Vasini, 2024, p. 77-78).

A China, após a Revolução Socialista de 1949, de acordo com So e Chiu (1995), instituiu uma trajetória mercantilista, pautada pelo investimento nas indústrias de base, a fim de se distanciar da economia-mundo capitalista, principalmente devido às hostilidades dos EUA e dos países do centro (So; Chiu, 1995, p. 142). Este caminho impediu a China de tomar certas estratégias de acumulação ao país asiático, e como foi desconectada dos Estados do centro, não pôde perseguir nem a industrialização exportadora – devido ao fechamento de mercados ocidentais – nem a industrialização por substituição de importações, devido ao embargo econômico. Por isso, esse contexto sistêmico levou a China ao auxílio da União Soviética, auxiliando no papel de contenção das hostilidades do centro da economia-mundo capitalista, pois acordos econômicos e a tecnologia soviética eram urgentemente necessários para reconstruir a economia chinesa devastada pela guerra (So; Chiu, 1995, p. 142).

Partindo desse contexto, a pesquisa se baseará em três hipóteses: duas afirmativas, que a expansão material do ciclo sistêmico de acumulação dos EUA tenha criado condicionantes sistêmicas benéficas às capacidades produtivas da indústria siderúrgica sino-brasileira; e que o aumento das capacidades materiais ocorrido durante a fase de expansão material do CSA dos EUA tenha sido um catalisador para a projeção brasileira à semiperiferia. E uma hipótese falseadora, que se baseia no entendimento de que a expansão material do ciclo sistêmico de acumulação dos EUA prejudicou a participação de Brasil e China em nódulos mais rentáveis

das cadeias mercantis relativas à siderurgia. Tais cadeias mercantis são, de acordo com Vieira (2012), a expressão material da economia-mundo capitalista, ao serem um sistema interconectado de processos produtivos, transações econômicas e consumo, também demonstrando a ampliação e as diferentes estratificações das economias presentes envolvidas em cada processo (Vieira, 2012, p. 268-269).

Isto posto, pretende-se avaliar como diferentes estratégias de acumulação dentro da semiperiferia e da periferia geram diferentes repercussões socioeconômicas, também busca formular uma análise acerca das características das estruturas internas de cada Estado e como funcionaram na acumulação de capital e poder. E por fim, comparar o papel da indústria siderúrgica como uma força motriz da acumulação de capital na China e no Brasil.

Palavras chave: Brasil; China; Siderurgia; Ciclo Sistêmico de Acumulação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, subsidiado por bolsa CAPES/DS, tem como objetivo principal verificar a influência da fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense na formação das estratégias de desenvolvimento industrial – principalmente siderúrgico – do Brasil e China, a partir de 1950 a 1980. Neste contexto, é importante considerar como plano de fundo geopolítico a Guerra Fria e a hegemonia dos EUA, que influíram diretamente na dinâmica de desenvolvimento industrial de ambos os Estados.

Partindo desse contexto, tem como base duas hipóteses: primeiro, que a expansão material do ciclo sistêmico de acumulação dos EUA tenha criado condicionantes sistêmicas benéficas às capacidades produtivas da indústria siderúrgica sino-brasileira; e, segundo, que o aumento das capacidades materiais ocorrido durante a fase de expansão material do CSA dos EUA tenha sido um catalisador para a projeção brasileira à semiperiferia. Tais cadeias mercantis são, de acordo com Vieira (2012), a expressão material da economia-mundo capitalista, em razão de constituírem um sistema interconectado de processos produtivos, transações econômicas e consumo, também demonstrando a ampliação e as diferentes estratificações das economias presentes envolvidas em cada processo.

MARCO TEÓRICO E PLANO DE FUNDO SISTÊMICO

O sistema-mundo moderno, é um universo geosocial em si mesmo entrelaçado pelas relações estruturais e sociais do capitalismo (Braudel, 1979 *apud* Wallerstein, 2011). Ademais, o elemento essencial do capitalismo como sistema que desempenha o papel de entrelaçar as partes não é o trabalho assalariado proletário, a produção mercantil ou a produção fabril, pois todos esses fenômenos possuem raízes históricas profundas e podem ser encontrados em diversos tipos de sistemas (Wallerstein, 2011). Para o autor, o elemento-chave que constitui o sistema capitalista é o fato de ele ser estruturado com base na busca pela acumulação incessante de capital. Isso não se trata meramente de um valor cultural, mas de uma exigência estrutural, o que significa que existem mecanismos internos ao sistema que recompensam, no médio prazo, aqueles que operam segundo sua lógica e punem (materialmente) aqueles que insistem em agir conforme outras lógicas (Wallerstein, 2011).

Esse conceito abarca dois subcomponentes, a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal, baseando-se na relação interdependente entre ambos. A economia-mundo capitalista é um sistema social histórico formado por uma divisão do trabalho que abarca um grande espaço geográfico, assim sendo unificada economicamente através dos mercados mundiais e dividida politicamente pelos distintos países componentes. O sistema interestatal,

então, é composto pelos Estados nacionais², que têm capacidades de ação doméstica limitadas devido às pressões externas de um sistema interconectado (Wallerstein, 1983 *apud* Arend, 2013, p. 142).

A temporalidade selecionada para a localização no espaço-tempo do artigo, está inserida no plano de fundo geopolítico da fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano. Essa noção de ciclos sistêmicos de acumulação deriva diretamente da concepção de Braudel do capitalismo como a camada superior ‘não especializada’ na hierarquia do comércio mundial — onde se obtêm ‘lucros em grande escala’ não apenas por meio do monopólio das atividades mais lucrativas, mas, sobretudo, pela flexibilidade de mover investimentos de setores com retornos decrescentes para aqueles com maiores oportunidades (Braudel, 1982 *apud* Arrighi, 1996, p. 8).

Assim como na fórmula geral do capital de Marx (D-M-D’), o que define uma agência como capitalista, não é a preferência por uma mercadoria ou setor específico, mas sim a capacidade do dinheiro de se multiplicar sistematicamente, independentemente do meio utilizado. A noção de ciclos sistêmicos de acumulação segue logicamente dessa relação instrumental do capitalismo com o comércio e a produção, sendo que as expansões financeiras são vistas como sinais de que os investimentos produtivos já não aumentam o fluxo de caixa com tanta eficácia quanto os negócios financeiros puros. Nessas situações, o capital tende a retornar à sua forma monetária e acumular-se diretamente, como na fórmula D-D’ de Marx. Portanto, os ciclos sistêmicos de acumulação são fenômenos intrinsecamente capitalistas e revelam uma continuidade fundamental nas estratégias e estruturas da acumulação de capital em escala mundial ao longo dos séculos (Arrighi, 1996, p. 8-9).

Como componentes de um ciclo sistêmico de acumulação, cita-se as fases de expansão material, a ser aprofundada neste trabalho, e a fase de expansão financeira. A primeira é caracterizada por uma parte da fórmula marxiana de D-M (dinheiro-mercadoria), nas quais o capital monetário ‘movimenta’ uma massa crescente de produtos (incluindo o trabalho e recursos naturais, tudo se transformando em mercadoria). A segunda, a expansão financeira, segue a outra parte da mesma fórmula supracitada, D-D’ (dinheiro-mais dinheiro), porém, nessa fase, uma massa de capital ‘se liberta’ de sua forma de mercadoria e a acumulação

² Esses Estados são pautados pela acumulação de poder e suas diferentes estratégias, buscam acumular poder político por estarem incluídos em um sistema interestatal hierárquico que exige crescimento constante das capacidades institucionais e das estruturas internas; e buscam a acumulação incessante de capital, pois estão inseridos em uma economia-mundo capitalista pautada pela comoditização de tudo. Ou seja, esta só é um mundo em si mesma por causa do capitalismo, que exige dinâmicas produtivas e reprodutivas do capital correspondentes às suas lógicas de funcionamento (Wallerstein, 1974).

capitalista segue na forma de acordos financeiros. As duas fases citadas compõem um ciclo sistêmico de acumulação completo (Arrighi, 1996, p. 6).

Na fase de expansão material (1930-80) do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense (mais especificamente entre 1950-70), houve o maior crescimento da economia-mundo capitalista, os chamados “anos dourados”. Inserida nesse movimento, a América Latina conheceu novas experiências de integração regional a partir da criação de mercados internos e fortalecimento do Estado, no âmbito do que se chamou “nacional-desenvolvimentismo”. Não obstante, o dinamismo econômico das “economias nacionais” se deu no bojo da expansão do mercado mundial liderado pelas empresas transnacionais, e não – como no leste asiático – dentro de projetos nacionais levados a cabo por Estados e capitalistas nacionais capazes de subordinar a acumulação mundial capitalista à integração econômica e política da região (Vieira, 2025, p. 309).

Para a feitura do artigo, adota-se a metodologia proposta por Charles Tilly (1984), referente à comparação abrangente (*encompassing comparison*), que consiste na seleção de localidades compreendidas dentro de um processo ou estrutura a fim de verificar semelhanças e diferenças entre essas e a relação das partes com o todo (Tilly, 1984, p. 125). Também serão realizadas investigações em fontes primárias e secundárias, utilizando análises qualitativas para formar possíveis resultados e interpretações, com base em Goertz e Mahoney (2012). De acordo com os autores, no campo qualitativo, o interesse está em explicar os resultados de casos individuais e os efeitos de fatores causais específicos dentro desses casos. Assim, torna-se necessário iniciar pelos eventos empíricos e retroceder para investigar suas causas (Goertz; Mahoney, 2012, p. 42).

Por fim, sobre a relação entre Estado e acumulação de capital, Arend (2013) atesta que Estados periféricos ou semiperiféricos sempre irão necessitar de financiamento para internalizar tecnologias em seu espaço geográfico, dado o desejo de comandar elos de cadeias mercantis de produção para atingir seus objetivos próprios de acumulação de capital e poder. Em geral, o financiamento dá-se por receitas tributárias e/ou endividamento público, interno e externo, em que fatores sistêmicos, como o contexto geopolítico, o grau de capacitações tecnológicas requeridas para comandar os principais elos das cadeias mercantis e a disponibilidade de recursos para o financiamento do endividamento público, estabelecem limites e possibilidades para a ação estatal no que concerne a concretude de determinada estratégia desenvolvimentista. Dessa forma, os processos sistêmicos da economia-mundo capitalista condicionam – e não determinam – as estratégias nacionais de desenvolvimento (Arend, 2013, p. 143).

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

A industrialização brasileira, de acordo com Fonseca (2003), tem seu início com estratégia de acumulação fomentada pelo Estado desde os anos 1930, evidenciando o processo ocorrido nos anos 1950 como uma continuidade da estrutura institucional e econômica predecessora. A estagnação da economia cafeeira, apesar de suas políticas internas de valorização, sinalizava uma mudança no vetor de acumulação do Brasil, que se alterava em direção à industrialização³. A intencionalidade desses esforços industriais é abordada de maneira dual, pois, do mesmo modo que se verificava a criação e reformulação de instituições em prol do crescimento industrial, também se atesta que o Estado brasileiro não era dotado de capacidades preditivas, estando condicionado a externalidades. Assim, ainda que se destaque a consciência estatal em defesa da indústria, não se pode negligenciar o papel dos industriais responsáveis pelo financiamento e pela organização das medidas (Fonseca, 2003, p. 146).

Em consonância com Fonseca (2003), Becker e Egler (1993) afirmam que existiram diversas condições socioeconômicas internas para o fomento industrial, pois, apesar destas estarem inicialmente voltadas ao complexo agroexportador cafeeiro, foram fundamentais para a criação de uma indústria nacional voltada para a substituição de importações (Becker; Egler, 1993, p. 74). Tais circunstâncias envolviam a demanda crescente por bens de consumo nas áreas urbanas industrializadas; a existência de excedente criado por lucros do comércio pelos membros da burguesia cafeeira; a concessão de crédito estatal à agricultura, que possibilitou a transformação dos bancos em agentes protecionistas e empreendedores da indústria; o exército industrial de reserva urbano; a capacidade crescente da importação de bens de capital e de consumo necessários à reprodução da força de trabalho (Becker; Egler, 1993, p. 74).

De acordo com Marcelo Arend (2013), adotar a perspectiva sistêmica da economia política dos sistemas-mundo envolve a superação do Estado como estrita unidade de análise. Por isso, a estratégia estatal brasileira de substituição de importações denotava não apenas a aliança entre o capital nacional e o Estado, mas também a tentativa de controlar internamente os nódulos mais rentáveis das cadeias mercantis, o que significava uma busca pela reformulação da divisão internacional do trabalho (Arend, 2013, p. 146). Além disso, partindo dos pressupostos de uma análise totalizante, é possível afirmar que o momento de “caos

³ Como inovações institucionais em direção à industrialização brasileira, é possível citar o Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, que proibia a importação de maquinário e equipamentos para subdivisões específicas da indústria, e o tratado de comércio com os EUA de 1935, que trazia vantagens às exportações primárias brasileiras – de café, borracha e cacau – além da redução de 20-60% na importação de bens de capital e de consumo estadunidenses. Com isso, é evidenciado o ímpeto de romper com o paradigma de importador de insumos e bens necessários à indústria (Fonseca, 2003, p. 146).

sistêmico” (Arrighi; Silver, 2001 *apud* Arend, 2013, p. 145) foi condição necessária para tal processo, devido ao aumento do poder de barganha relativo à potência que competia pelo posto de novo hegemon, os EUA. A gradativa perda de poder econômico da hegemonia anterior, a Grã-Bretanha, permitia maiores atenuações nas dívidas contraídas pelos Estados não-centrais, visto que os EUA não visavam manter interesses britânicos quando integravam os países devedores à sua zona de influência, transformando a situação econômico-política da periferia e semiperiferia mais amena em relação às pressões sistêmicas (Arend, 2013, p. 147). Dessa forma, pós-1930, o Brasil reduziu seu condicionamento externo justamente em função do processo de transição hegemônica, que possibilitou ao governo de Getúlio Vargas uma redução de sua dívida externa (Arend, 2013, p. 148).

O período de 1930-50, antecessor ao marco temporal do presente trabalho, trouxe consigo condicionantes que interessavam à industrialização brasileira, em que cabe salientar o estabelecimento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941. De acordo com Vasini (2024), no começo dos anos 30, a importação de bens relativos à siderurgia era um empecilho aos esforços econômicos brasileiros, motivo pelo qual foi criada a Comissão Preparatória do Plano Nacional de Siderurgia, conectada ao Ministério da Guerra. A partir dessa instituição, pautaram-se debates relacionados à estratégia que o Brasil deveria seguir, ganhando ainda maior destaque pela ampliação da participação dos militares nos processos decisórios do Brasil no período do Estado Novo (1937-45), que buscavam tanto a modernização das Forças Armadas brasileiras quanto a industrialização voltada a esse setor (Tronca, 2007, p. 416-417; Vieira, 2020, p. 795-798 *apud* Vasini, 2024, p. 83).

O contexto geopolítico, de acordo com a literatura consultada, foi de importância exponencial para a instituição da CSN, principalmente pelo aumento da participação alemã nas economias sul-americanas,⁴ o que era motivo de preocupação por parte dos norte-americanos. Assim, os EUA buscaram atrair a América do Sul para sua esfera de influência, sendo fator de alta importância para consolidação de seu projeto hegemônico (Vasini, 2024, p. 84). A partir disso, o Estado brasileiro viu nessa janela de oportunidade uma forma de explorar as tensões sistêmicas, e então concretizar a internalização de elos da cadeia mercantil siderúrgica (Vasini, 2024, p. 85). Com isso, em 1941, após tratativas com o governo dos EUA, foi criada a CSN em Volta Redonda-RJ, que pode ser considerada a expressão material da aliança entre Brasil e EUA (Vasini, 2024). Ou seja, o governo brasileiro aproveitou

⁴ “O país germânico era o maior importador de minério de ferro e o segundo maior produtor siderúrgico do mundo. Ou seja, os alemães necessitavam de minério de ferro e dominavam as técnicas produtivas modernas” (Barros, 2011, p. 128-129; Parrish, 1956, p. 372-374 *apud* Vasini, 2024, p. 85).

as tensões geradas pela competição intercapitalista – entre EUA e o Reich Alemão – para aumentar seu poder de barganha e captar investimentos norte-americanos em infraestrutura interna (Vasini, 2024, p. 77).

Dessa maneira, após 1945, a CSN produzia bens essenciais à siderurgia e, por conseguinte, à industrialização brasileira, tornando-se autossuficiente no setor após os anos 50 (Baer, 1970, p. 106; Barros, 2011, p. 8 *apud* Vasini, 2024, p. 87). Isto posto, evidencia-se que a institucionalização da política de substituição de importações foi possível a partir das condições sistêmicas favoráveis à industrialização e às estratégias de acumulação que ela viabilizava.

Em relação ao período do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-51), a partir da consolidação da hegemonia estadunidense, Arend (2013) atesta que houve um movimento externo que visava a interrupção do “nacional-desenvolvimentismo” brasileiro. Isso porque, ao passo que se estabelecia o Plano Marshall para a reconstrução da Europa Ocidental no pós-guerra, se ausentava a periferia do sistema de qualquer iniciativa ao desenvolvimento interno pautado majoritariamente pela esfera estatal (Arend, 2013, p. 153). Além disso, a Doutrina Truman instruía os Estados não-centrais de buscarem a atração de capital privado, criando um compromisso com o desenvolvimento do capitalismo liberal e por consequência, um constrangimento das pautas operárias, nacionalistas e de esquerda (Arrighi; Silver, 2001, p. 218 *apud* Arend, 2013, p. 153). Essa conjuntura era fortemente traçada pelos princípios de Bretton Woods, que determinavam internacionalmente princípios de cunho liberal, como a flexibilização do câmbio, visando a atração de maiores fluxos de investimento externo direto.

Em 1950, com o retorno de Getúlio Vargas à presidência, o paradigma político-econômico brasileiro retorna ao nacional-desenvolvimentismo ao tentar recuperar os ganhos que sofreram choques com as respostas do governo Dutra às condições externas. Os planos de Getúlio envolviam a consolidação da indústria brasileira, com investimentos nos setores de bens de capital – a indústria pesada – partindo da criação de novos espaços industriais, além de retomar a aliança entre capital privado e o setor estatal, buscando minimizar ao máximo a participação estrangeira, medidas essas que evidenciaram o caráter nacionalista – ou protecionista, na interpretação do capital exterior – do período (Arend, 2013, p. 154).

De acordo com Sônia Draibe (2004), é inviável analisar o segundo governo Vargas como uma simples retomada do projeto do Estado Novo, pois as relações produtivas e sociais construídas nos períodos anteriores complexificaram o capitalismo brasileiro, necessitando maior integração e abrangência do projeto (Draibe, 2004, p. 167). Ainda se baseando na

análise de Draibe (2004), é possível entender as medidas estatais a partir de 1951 como continuidades do processo linear de aparelhagem estatal, pela criação de órgãos de instrumentalização da burocracia e maior centralização do comando brasileiro (Draibe, 2004, p. 168). Porém, também é possível analisar o período por lentes que ressaltam as inovações nas estruturas técnico-administrativas do Estado e dos interesses sistematizados a partir do Plano de Metas, como órgãos de planejamento e grupos que articulavam a burocracia com as grandes empresas (Lafer, 1970 *apud* Draibe, 2004, p. 168).

Ao se articular o contexto nacional com o sistêmico, característico da perspectiva adotada no trabalho, é possível inferir que a estratégia de internalização dos processos produtivos de Vargas era condizente com o ordenamento político-econômico que a hegemonia determinava à periferia da economia-mundo capitalista. Pois, apesar de Getúlio Vargas buscar diminuir a dependência brasileira em bens de capital estrangeiros, esse processo desenvolvimentista era financiado – principalmente nos setores de infraestrutura, transporte e energia – pelo capital externo (Fonseca, 1989, 411-412 *apud* Arend, 2013, p. 155).

A busca pela atração de investimento externo direto, supracitada como um marco do período da hegemonia dos EUA, era feita cautelosamente de acordo com a literatura, pois Vargas objetivava evitar a importação de bens de consumo supérfluos – já produzidos internamente – e a concessão de vantagens às empresas internacionais (Arend, 2013, p. 155). Por isso, os capitalistas dos EUA percebiam baixa atração em investir em infraestruturas brasileiras, pois os setores de investimento preferencial enfrentavam obstáculos em termos de retorno financeiro e acumulação de capital, em suma, o capital estrangeiro para Getúlio Vargas era necessário, mas em patamar inferior em relação ao caminho de desenvolvimento brasileiro⁵ (Vizentini, 1995, cap. 2; Draibe, 2004, p. 187 *apud* Arend, 2013, p. 155).

Isto posto, é possível verificar a partir da Tabela 01, a partir da internalização de processos da produção siderúrgica brasileira, materializada com a construção da CSN em 1941, a produção brasileira aproximadamente quintuplicou (5,26 vezes)⁶ no período do primeiro governo Vargas e Dutra. Porém, de acordo com a Tabela 02, as manufaturas relativas à siderurgia continuavam sendo importadas em grande escala – com exceção de acessórios para máquinas e trilhos – significando que o Brasil havia internalizado a produção de nódulos

⁵ Aos Estados Unidos, entretanto, é de se esperar que pouco seria atraente financiar infra-estrutura de um país no qual sua iniciativa privada não poderia ingressar, ou encontrava inúmeras barreiras para expandir os investimentos ou negociar com as matrizes – ainda mais com a ‘ameaça’ nacionalista (...) Aos Estados Unidos não interessava o “redirecionamento dos investimentos” aos moldes adotados pelo governo brasileiro (Fonseca, 1989, p. 411-412 *apud* Arend, 2013, p. 155).

⁶ A quantidade do ano de 1951, 842.977 dividida pela de 1942, 160.139; O que resulta em um aumento de 5,264 vezes do valor inicial.

da cadeia mercantil siderúrgica que eram mais intensivos em trabalho do que em capital, ao passo que a exportação de minerais se manteve constante, vide a Tabela 03.

Tabela 01 – Produção (em toneladas) e preço (Cr\$ 1.000) do aço no Brasil (1938-1951)

Ano	Toneladas	Valor (Cr\$ 1.000)
1938	92.420	72.135
1939	114.095	90.169
1942	160.139	182.738
1945	205.935	359.393
1946	342.613	673.744
1947	386.971	781.336
1948	483.085	987.620
1949	615.069	1.263.026
1950	788.557	1.326.653
1951	842.977	1.598.413

Fonte: Autoria própria, com base em: Serviço de Estatística da Produção 1938-51 *apud* IBGE, 1953, p. 173.

Tabela 02 – Importações de Ferro, Aço e Máquinas 1938/39-1951 (em toneladas)

Categoria	Média 1938/39	1949	1950	1951
Acessórios para máquinas	3 559	5 047	3 550	1 110
Arame farpado	20 873	42 845	60 578	53 089
Arame nu, simples ou galvanizado	24 514	38 453	48 001	73 979
Artigos para confecções e instalações	1 743	3 165	1 467	3 350
Cabo ou cordoalha	1 281	1 690	2 281	4 301
Em barras, vergalhões e verguinhas	26 714	11 902	17 201	30 138
Em bruto e em outras formas	3 178	3 945	5 205	3 849
Em cantoneiras, tês e semelhantes	11 112	5 937	4 438	8 308
Em lâminas ou placas	37 595	13 575	10 282	19 346
Em tiras	13 147	10 137	11 404	8 083
Folhas-de-flandres	44 880	45 732	48 364	93 924

Máquinas, aparelhos e utensílios para as indústrias siderúrgica e metalúrgica	2 672	3 687	1 228	1 497
Máquinas, aparelhos e utensílios para trabalhar metais	2 257	871	4 672	6 835
Obras para construções	8 241	9 473	9 633	14 641
Outras manufaturas	13 929	12 990	10 697	13 260
Recipientes para condução de mercadorias	3 023	11 606	11 061	16 657
Trilhos, cremalheiras e acessórios	57 457	5 798	5 611	5 972
Tubos e seus pertences	29 545	54 153	45 753	47 009

Fonte: Autoria própria com base em: Serviço de Estatística Econômica e Financeira 1938-51 *apud* IBGE, 1953, p. 292-295.

Tabela 03 – Quantidade Exportada de Produtos de Origem Mineral (toneladas) e Preços (Cr\$ 1.000) de 1938/39–1951

Categoria	Tonelada Média 1938/39	1949	1950	1951	Preço Médio 1938-39	1949	1950	1951
Ferro e aço em lâminas ou placas	-	13 315	1 273	3	–	65.216	8.835	16
Ferro fundido ou gusa	12 871	11 640	-	33 985	4.743	18.994	–	31.012
Ferro-manganês	1	180	74	4 615	5	817	345	21.709
Mica ou malacacheta	478	558	824	1 350	6.516	16.952	21.392	31.831
Minérios metálicos - Bauxita	15.604	10.050	11.040	8.849	2.666	7.142	7.894	6.434
Minérios metálicos - Berílio	276	3.079	2.625	1.532	167	14.642	13.743	10.859

Minérios metálicos - Minérios de ferro	382.724	675.574	890.125	1.320.007		19.363	102.756	121.759	236.452
Minérios metálicos - Minérios de manganês	162.923	149.896	148.339	119.900		18.477	48.226	49.964	48.275
Minérios metálicos - Minérios de volfrâmio (tungstênio)	5	567	701	1.312		39	14.710	17.148	102.844
Minérios metálicos - Outros	5.402	8.942	6.741	3.484		3.168	18.017	10.636	12.135

Fonte: Autoria própria com base em: Serviço de Estatística Econômica e Financeira 1938-51 *apud* IBGE, 1953, p. 290.

A concepção de Getúlio Vargas sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, de acordo com Sônia Draibe (2004), compreendia cinco vetores principais, entre os quais está a articulação da economia brasileira com o capital internacional, fomentando a entrada de financiamento estrangeiro em setores prioritários (Draibe, 2004, 170). Com relação a isso, é necessário verificar a relação entre o constrangimento sistêmico e as particularidades brasileiras. De acordo com Arend (2013), a vulnerabilidade do projeto varguista estava na insuficiência de recursos financeiros e fiscais concentrados à uma escala que conseguisse reduzir a dependência de fontes estrangeiras que também estavam sujeitas às condicionantes sistêmicas, logo eram instáveis (Arend, 2013, p. 156).

De acordo com Arend (2013), o projeto de Getúlio Vargas encontrava em si mesmo contradições, pois Vargas apelava à autonomia e à independência econômica do país, que significavam a possibilidade de governo e classes dominantes locais levarem adiante um processo de industrialização com o mínimo de interferência externa contrária a sua efetivação (Fonseca, 1989, p. 424-425 *apud* Arend, 2013, p. 156).

Ainda com base em Arend (2013), os planos dos EUA como hegemonia não incluíam apoio econômico para a América Latina, advogando pela internacionalização do mercado

interno brasileiro e liberalização de investimentos privados para empresas transnacionais como melhor caminho ao desenvolvimento brasileiro. Estes fatores que, de acordo com a literatura, foram preponderantes à interrupção do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954 (Arend, 2013, p. 156). Portanto, apoiado pelo marco teórico e pela análise de conjuntura feita, as dinâmicas externas (sistêmicas) foram fator-chave para a não concretização do projeto do segundo governo Vargas, ao passo que a América Latina se reposicionava em relação à política externa hegemônica norte-americana como um mercado a ser conquistado. Logo, as medidas de certa forma protecionistas almejadas no projeto nacional-desenvolvimentista eram um entrave à concretização do projeto de expansão de mercados dos EUA.

Ainda no segundo período do governo de Getúlio Vargas, salienta-se que as condições de negociação com as empresas estrangeiras não eram particularmente favoráveis. O período também foi caracterizado pela construção da Vale do Rio Doce, em 1942, estatal responsável pela produção de minério de ferro, financiada pelo capital norte-americano, partindo do Export-Import Bank dos EUA, internalizando processos antes controlados pelo grupo inglês Itabira Iron Company. Por isso, coube ao Estado brasileiro a função de expandir a indústria pesada e de regular o mercado de trabalho, a partir da nova legislação trabalhista (Becker; Egler, 1993, p. 77). No exterior, o fluxo de IED das empresas norte-americanas concentrava-se no mercado europeu, em rápida expansão; as subsidiárias aqui instaladas, não pretendiam, naquele momento, aprofundar suas estruturas de produção. Internamente, o empresariado industrial apresentava contradições, além da oposição dos setores mercantis ligados ao comércio em larga escala de importações e exportações, principalmente com relação ao confisco cambial e utilização de divisas (Draibe, 2004, p. 208).

O período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), em contrapartida, foi marcado pela aliança completa com o capital internacional, principalmente em forma de financiamento estrangeiro⁷. Arend (2013) atesta que o Plano de Metas operou como inovação institucional e material que mais representou a mudança do paradigma da economia brasileira, passando de um projeto nacional-desenvolvimentista para desenvolvimentista-internacionalista (Arend, 2013, p. 159). No entanto, este só pode ser compreendido a partir do momento sistêmico no qual se encontrava – a fase de expansão

⁷ Ao compreender os fatores geopolíticos (externos) como necessários no planejamento de estratégias de acumulação de capital internamente. O legado institucional construído por Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra permitiu o aprofundamento da substituição de importações e complexificou a estratégia de acumulação nacional, baseando-se no Plano de Metas, que preconizava a internalização produtiva de bens de consumo duráveis, o que interessava o capital norte-americano, principalmente (Arend, 2013, p. 157-158).

material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano., Este foi um período no qual o capital excedente foi reaplicado na produção e reprodução de mercadorias em grande escala, criando assim uma renovação na divisão internacional do trabalho (Arrighi, 1996 *apud* Arend, 2013, p. 159). De acordo com Arrighi (1996), o ciclo sistêmico de acumulação estadunidense permitiu um patamar de magnitude nunca antes visto, em relação à velocidade, escala e alcance da transformação do capital em mercadoria (Arrighi, 1996, p. 308).

Com o foco nas relações do capital nacional (estatal ou privado) e do capital estrangeiro, Sônia Draibe (2004) atesta que o governo de Juscelino Kubitschek era bem visto pelas duas vertentes. Em relação à esfera nacional, o governo oferecia uma nova fronteira para a acumulação à taxas de lucros elevadas, pois se desenvolviam novos caminhos que não traziam o risco da estatização e, ao ingressarem em novos mercados e linhas de produção recebendo crédito estatal, superavam barreiras da atualização tecnológica e da ausência de capital inicialmente investido (Draibe, 2004, p. 225). Por outro lado, JK fornecia ao capital estrangeiro incentivos, isenções e vantagens para a importação de equipamento, assim articulava as entradas ao capital nacional, quando estabelecia datas-limite aos índices de internalização dos processos necessários à montagem de um produto. “A regra fundamental era o incentivo a tudo que fosse novo, que representasse a abertura de novos mercados e um novo perfil tecnológico” (Draibe, 2004, p. 229).

O governo de Juscelino Kubitschek trazia inovações institucionais (o Plano de Metas) e de caráter econômico, como na ampliação da participação de capital estrangeiro nas estratégias brasileiras de acumulação de capital, o que implicava em novas correlações de forças, visto que os setores internalizados da produção, estavam agora em maior escala, sob o controle internacional (Arend, 2009 *apud* Arend, 2013, p. 159). Além disso, torna-se possível afirmar que a complexificação gradativa da economia industrial brasileira significava também um momento de integração do capital nacional à divisão internacional do trabalho típica do pós-guerra, sendo constituída a partir dos anos 50 (Draibe, 2004, p. 226).

O Estado brasileiro havia atingido o maior grau de planejamento em toda sua história na economia-mundo capitalista, ao passo que centralizava e incorporava patamares avançados de coordenação setorial, que visava desenvolver novos ramos industriais em seu território, principalmente por meio do aperfeiçoamento de instituições já existentes – o BNDE, de 1952 – e a criação de outras, como o Conselho de Desenvolvimento e o Plano de Metas, em 1956 (Draibe, 2004, p. 227-228). A expansão econômica brasileira no período de 1956-61, articulou a estrutura industrial monopolista que já havia construído suas bases no período de 1930-55, ao expandir e complexificar o aparelho estatal e incorporar fundamentalmente a

regulação de relações sociais capitalistas (o assalariamento e a sociedade industrial), de acordo com os desdobramentos da divisão da produção social. Essa continuidade consolidava um Estado plenamente capitalista e que estendia sua capacidade de regulação, centralização e planejamento, perceptível desde a década de 30 (Draibe, 2004, p. 230).

Sônia Draibe (2004) afirma que o Estado brasileiro planejou e investiu recursos na construção de uma infraestrutura nacional de transporte, geração e distribuição de energia elétrica, água e comunicações. A partir das alianças com o capital financeiro, articulou as bases para a siderurgia, o refino do petróleo, álcalis e da mineração, além de fornecer crédito para a criação de novos setores da indústria, tanto de bens de consumo quanto de capital (Draibe, 2004, p. 230).

Passando pelo período de estagnação econômica do período de 1961-64,⁸ tendo Jânio Quadros e João Goulart na presidência, causada pelo somatório de uma crise política, pela renúncia de Jânio em agosto de 1961, de tentativas sem sucesso de resolução dos desequilíbrios econômicos enfrentados e da própria pressão sistêmica vinda do centro do capitalismo. O governo Jânio Quadros buscou estabilizar a economia por meio do combate à inflação, ajuste cambial, corte de subsídios e austeridade fiscal, obtendo momentânea melhora na confiança externa (Baer, 2009, p. 91).

Com relação ao período da presidência de João Goulart (1961-1964), Werner Baer (2009) afirma que não houve uma linha de políticas econômicas consistentes, em razão de o presidente só conseguir assumir a presidência, e governar, a partir da concordância em dividir o poder estatal com um parlamentarismo recém-criado. Além disso, Baer (2009) aponta as crescentes disputas internas que aumentavam gradativamente no período, por exemplo grupos que buscavam reformas institucionais e políticas mais nacionalistas diante da crescente penetração do capital estrangeiro no Brasil, bem como o retorno das pautas sobre a concentração de terras e a necessidade da reforma agrária, das mudanças na estrutura educacional e maior regulação do capital externo. Essas pautas eram compartilhadas por João Goulart, mas Baer (2009) afirma que o mesmo falhou em concretizar medidas além de discursos de simpatia às causas (Baer, 2009, p. 92). Durante o governo Goulart, apesar de tentativas como o Plano Trienal e medidas de controle econômico, a falta de apoio político, a instabilidade e a rejeição ao capital estrangeiro agravaram a crise, resultando em alta inflação, queda nos investimentos e desaceleração do crescimento econômico (Baer, 2009, p. 92).

⁸ “A economia perdeu seu dinamismo no início da década de 1960. Depois que a taxa de crescimento do PIB real atingiu o pico de 10,3% em 1961, ela declinou para 5,3%, 1,5% e 2,4% em 1962, 1963 e 1964, respectivamente” (Baer, 2009, p. 91).

Em 1964, deflagra-se o Golpe Militar no Brasil, instaurando um governo autoritário, dotado de períodos distintos, em que, inicialmente, tratar-se-á do conceito da modernização conservadora (Becker; Egler, 1993, p. 136-137). O regime militar, de um ponto de vista econômico, não pautou um novo modelo para a acumulação de capital no Brasil, apoiando-se na compressão de salários e aumento da participação de capital estrangeiro internamente, ao passo que o Estado brasileiro ampliava seu poder político-econômico visando combater os obstáculos que impediam a modernização acelerada (Becker; Egler, 1993, p. 137). Para tanto, foi montada, inicialmente com Humberto Castelo Branco (1964-67), uma aparelhagem estatal complexa, entendida por Bertha Becker e Claudio Egler (1993) como elemento-chave no reforço de mecanismos de centralização. Estes eram caracterizados pelo processo de concentração e desconcentração: concentrava a partir de reformas administrativas e fiscais, que aumentaram a capacidade de acumulação estatal; e desconcentrava a partir da ampliação das funções do Estado como financiador, produtor e agente empresarial, principalmente a partir agências governamentais e empresas (Martins, 1985 *apud* Becker; Egler, 1993, p. 137).

O período de transição entre Artur da Costa e Silva e Emílio Médici foi marcado economicamente pelo período do “milagre econômico”, que tinha como narrativa institucional a necessidade da recuperação econômica brasileira. As suas condições fundamentais, interpretadas por Becker e Egler (1993), foram a compressão de salários e controle do mercado de trabalho (a fim de estimular a rotatividade da força de trabalho) e a revigoração da economia. No tocante ao mercado de trabalho, novas políticas salariais e trabalhistas garantiam baixos salários que sofriam somente reajustes anuais, intensificando a extração de excedente e de aumento da força de trabalho⁹ (Becker; Egler, 1993, p. 137-138). A revigoração da economia se daria a partir do setor de bens de consumo duráveis, que já dispunha de altas taxas de acumulação, ao serem controlados por grandes firmas dotadas de capital político também. Além da construção civil, que absorve muita mão de obra e não requer importações massivas (a criação do Banco Nacional de Habitação), e por fim o aumento do investimento público na indústria (Becker; Egler, 1993, p. 138).

Werner Baer (2009) atesta que os primeiros governantes do regime militar compreendiam que a recuperação econômica viria a partir do controle da inflação, na eliminação da distorção dos preços anteriormente acumulados, modernização dos mercados de capitais, na criação de um sistema de incentivos que realocasse os investimentos para setores essenciais ao governo, na atração de capital estrangeiro que financiasse o

⁹ “Para manter suas condições de vida, os trabalhadores estenderam a jornada de trabalho (recebendo horas extras) e intensificaram o trabalho familiar” (Becker; Egler, 1993, p. 138).

desenvolvimento das forças produtivas e no alto uso de investimentos estatais em projetos de infraestrutura e de indústria pesada (Baer, 2009, p. 93).

No período de 1964-74, o governo brasileiro fez uso crescente de incentivos fiscais para influenciar a alocação de recursos em regiões e setores, utilizando extensamente, por exemplo, um mecanismo de incentivo fiscal ligado à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) para atrair investidores àquela região subdesenvolvida; esse mecanismo foi subseqüentemente estendido à Região Amazônica. Entre outras medidas fiscais encontramos incentivos para estimular as exportações, o turismo, o reflorestamento e o mercado de ações (Baer, 2009, p. 94).

Relacionando as dinâmicas próprias brasileiras da época com o contexto sistêmico, Marcelo Arend (2013) traz o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), 1975-79, como resposta interna às condicionantes da economia-mundo capitalista, pois esse Plano foi instaurado a partir do impulso dos petrodólares e pautado pela estratégia de acumulação de capital com recursos externos, considerada uma conjuntura favorável para a união entre o sistema financeiro brasileiro e o internacional, principalmente o mercado europeu e a expansão das empresas transnacionais (Arend, 2013, p. 161). Porém, essa conjuntura de grande oferta de crédito em dólares nos mercados monetários mundiais findava-se com o encerramento do sistema Bretton Woods, e junto a ele o financiamento a longo prazo da industrialização periférica e semiperiférica, inclusive do Brasil (Arend, 2013, p. 161). Os empréstimos bancários que eram marca dos anos 60-70, e como visto acima, a maior fonte de financiamento da economia brasileira, diminuíram seu volume abruptamente, ao serem transformados em empréstimos securitizados e investimento externo direto de fusão e aquisição (Arend, 2013, p. 163).

A INDUSTRIALIZAÇÃO CHINESA EM RELAÇÃO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Inicialmente, ao abordar o caso chinês, é preciso tratar do conceito da incorporação¹⁰, cunhado por Immanuel Wallerstein (2011), para o autor, esse é o processo de integração de alguma zona no espaço-tempo – antes configurada como arena externa – à economia-mundo capitalista, assim passa a responder – efetivamente ou não – à acumulação incessante de capital. Tal integração se dá a partir da inserção das atividades produtivas dessa área às

¹⁰ O Brasil e a América do Sul, como entidades políticas, de acordo com Quijano e Wallerstein (1992), surgem conjuntamente com a economia-mundo capitalista, no longo século XVI, como periferia exportadora de primários aos Estados europeus (Quijano; Wallerstein, 1992). Por isso, não é possível falar do processo de incorporação do Brasil à economia-mundo capitalista.

cadeias mercantis da própria economia-mundo (Wallerstein, 2011, p. 130). A China é inserida nas dinâmicas da economia-mundo capitalista na metade do século XIX.

Além disso, uma variável que pode surgir a partir da incorporação à economia-mundo capitalista é a periferização, que envolve a transformação contínua das estruturas internas – não somente da economia – de maneira que estas funcionem a partir de uma lógica que sustente e aprofunde as dinâmicas do desenvolvimento capitalista central – a acumulação incessante de capital (Wallerstein, 2011, p. 130). Ou seja, as estruturas internas, desde a produção de commodities a serem exportadas para o centro quanto políticas de manutenção do paradigma agro-exportador são práticas que surgem a partir da periferização. A partir disso, para analisar se os processos produtivos de uma determinada zona estão integrados na ampla divisão do trabalho de uma economia-mundo, devemos investigar a natureza das estruturas de tomada de decisão econômica, as formas pelas quais o trabalho está diferencialmente disponível para atuar nesses processos produtivos, o grau em que as unidades de governança se relacionam com os requisitos da superestrutura política da economia-mundo capitalista e, por fim, o surgimento da infraestrutura institucional necessária — ou, mais precisamente, a ampliação daquela que já existe na economia-mundo capitalista para abranger a zona em processo de incorporação (Wallerstein, 2011, p. 131).

Tratando das contribuições de Alvin So e Stephen Chiu (1995) acerca do debate sobre o Leste Asiático e sua relação com a economia-mundo, os autores tratam inicialmente de abordar os conceitos diretamente das obras da perspectiva do sistema-mundo, ao citarem contribuições de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Terence Hopkins, Miguel e Patrício R. Korzeniewicz. Por exemplo, a estrutura tripartite da economia-mundo (centro, semiperiferia e periferia), as contribuições sobre o conceito de hegemonia, novas dinâmicas globais além das restrições do estado-nação (incorporação, periferização, construção social, ciclos rítmicos e movimentos antissistêmicos). De acordo com os autores, a perspectiva do sistema-mundo apresenta contribuições significativas pois elucida o impacto da economia-mundo nas dinâmicas regionais de desenvolvimento do Leste Asiático. Cumings (1987) e Palat (1993) apontam que o crescimento dos EUA como potência hegemônica global e o espraio do Comunismo pela Ásia no fim dos anos 1940 moldou fundamentalmente as estratégias de desenvolvimento da China socialista, do Japão e das duas Coreias (So; Chiu, 1995, p. 27).

De início, So e Chiu retomam Wallerstein, ao apontarem que o processo de incorporação não é isento de problemas, sempre foi um processo acompanhado de resistência interna – como visto nas Guerras do Ópio e na Revolta dos Boxers e Taiping anteriormente –

pois o processo é intrinsecamente pouco atraente, tanto em termos de receitas materiais imediatas quanto nos valores culturais dos que estavam sendo incorporados (Wallerstein, 1988 *apud* So; Chiu, 1995, p. 31).

Na análise dos sistemas-mundo, a incorporação foi resultado do esgotamento dos monopólios líderes, o que levou a períodos de estagnação pontual na economia-mundo. A expansão das fronteiras da economia-mundo, portanto, funcionou como um meio de incorporar nova força de trabalho de baixo custo nas periferias, o que, na prática, compensava o aumento dos salários reais no centro (necessário para estimular a demanda efetiva) e, assim, mantinha a média salarial global em níveis baixos (So; Chiu, 1995, p. 31).

Após os processos de incorporação e o fim do Império Chinês em 1949, com a Revolução Comunista chinesa, surge um Estado de cunho socialista, de economia planificada aos moldes soviéticos. Porém, a linha teórico-prática da China pós-49 se dá a partir do Maoísmo, fundado a partir das ideias de Marx e Lenin por Mao Zedong, porém, que atribui o dever de vanguarda revolucionária ao campesinato. Isso devido ao estágio em que se encontrava o Partido Comunista Chinês, isolado das cidades e da classe trabalhadora, abrigado em uma região remota e montanhosa do interior, trabalhando principalmente com os camponeses pobres, foi esse desinteresse da economia-mundo capitalista que ajudou na formação do conceito do Exército Vermelho, das estratégias de mobilização camponesa e uma gama de novos preceitos chamados de Maoismo (So; Chiu, 1995, p. 130).

Ainda, Pedro Vieira (2021) atesta que um Estado socialista, por sua definição, é a negação da economia-mundo capitalista e esta por sua vez, não pode ser colocada em xeque por um partícipe. Dessa maneira, o sistema interestatal, liderado pela potência hegemônica e o centro do capitalismo, tenta sufocar política e economicamente o nascente país socialista, que para buscar sua sobrevivência, percebe-se forçado ao rompimento parcial de suas conexões com a economia-mundo capitalista (Vieira, 2021, p. 192-193).

A acumulação de riqueza é uma condição necessária, mas não suficiente, para a industrialização sustentada e o desenvolvimento abrangente. Em praticamente todos os casos de desenvolvimento tardio, seja capitalista ou socialista, a acumulação original depende fortemente do poder do Estado para redirecionar recursos de outros setores, particularmente da agricultura, para a indústria. A unidade analítica para nosso estudo da acumulação original é a economia nacional, embora essa economia nacional se interseccione, em diversos graus, com a economia mundial. O período de acumulação original termina quando a acumulação industrial autossustentada deixa de depender predominantemente de recursos derivados de outros setores e a indústria ultrapassa a agricultura em sua participação na contribuição para a economia nacional (Selden, 2016, p. 112).¹¹

¹¹ Tradução própria. Original em inglês: Accumulation of wealth is a necessary but not sufficient condition for sustained industrialization and comprehensive development. In virtually every case of late development, whether

A trajetória da China maoísta se divide em dois períodos, de acordo com So e Chiu (1995), o primeiro, definido como mercantilista, de 1949-55, foi traçado a partir de condicionantes externas – como uma resposta às dinâmicas impostas pelo sistema – partindo da necessidade dos EUA de conter o avanço e espraio do socialismo a menor quantidade de Estados possíveis, respondeu à Revolução Chinesa com hostilidade. Os EUA enviaram navios de guerra para patrulhar o Estreito de Taiwan e apoiaram o KMT¹² também em Taiwan, enviaram soldados para lutarem contra os comunistas da Coreia, apoiaram ações contrarrevolucionárias na China, congelaram ativos chineses nos EUA, impuseram um embargo econômico em produtos chineses, preveniram a China socialista de conseguirem um assento nas Nações Unidas e empreendeu ataques ideológicos ao ‘totalitarismo soviético e chinês’ na mídia comum (So; Chiu, 1995, p. 142). Estas hostilidades citadas, serviram para impossibilitar estratégias de desenvolvimento para a China socialista.

Isolado de contato com os Estados capitalistas centrais, o Estado socialista chinês não podia, de forma alguma, seguir uma industrialização orientada à exportação (devido ao fechamento dos mercados ocidentais) nem uma substituição de importações (devido ao embargo econômico). Assim, a China socialista foi forçada a perder a oportunidade de ouro de alcançar a ascensão na construção do Estado durante essa fase de expansão da economia-mundo. Este contexto global induziu a China a buscar ajuda de seus aliados socialistas, apoio político soviético era fundamental para afastar hostilidades do centro capitalista; além disso, o auxílio econômico, empréstimos e tecnologia da URSS eram necessários à reconstrução da economia chinesa destruída pela guerra (So; Chiu, 1995, p. 142).

A construção do Estado socialista chinês iniciou-se a partir da estratégia mercantilista, e o sucesso destas estratégias baseia-se em um Estado com capacidade total de reestruturação econômica e social. O PCCh desenvolveu um sistema administrativo – a partir dos preceitos de Lenin para construção do Estado – para lidar com as crescentes responsabilidades de coordenar e gerenciar a economia nas cidades. Por fim, esse Estado-partido leninista era extenso no sentido de que se ampliava tanto vertical quanto horizontalmente pelas esferas da sociedade chinesa. Verticalmente, foi o primeiro governo chinês capaz de exercer controle político até os níveis da aldeia, da família e do indivíduo, horizontalmente, houve uma grande expansão das funções estatais, pois o Estado leninista não se limitava a arrecadar impostos e

capitalist or socialist, original accumulation relies heavily on state power to redirect resources from other sectors, particularly agriculture, to industry. The analytical unit for our study of original accumulation is the national economy, albeit a national economy intersecting in various degrees with the world economy. The period of original accumulation ends when self-sustained industrial accumulation no longer relies predominantly on resources derived from other sectors and industry surpasses agriculture in the share of its contribution to the national economy (Selden, 2016, p. 112)..

¹² Kuomintang, Partido Nacionalista da China.

manter a ordem social, também supervisionava áreas como educação, saúde, casamento, cultura, política econômica, entre outras (So; Chiu, 1995, p. 143).

Pedro Antonio Vieira (2025) atesta que, o Leste Asiático no pós-Segunda Guerra Mundial, a hegemonia estadunidense transformou o antigo sistema tributário sinocêntrico em um sistema interligado pelo comércio autocentrado nos EUA, excluindo a participação chinesa devido ao seu caráter socialista (Vieira, 2025, p. 309). Dessa maneira, é possível perceber um aumento da produção siderúrgica, ainda que em estágios iniciais, evidenciado pela Tabela 04, de acordo com o que preconizava a busca pela industrialização pesada, necessária ao processo de desenvolvimento das forças produtivas chinesas.

Tabela 04 – Produção dos principais produtos da indústria de ferro e aço, por tipo de propriedade dos estabelecimentos, 1952–1956 (em toneladas)

Produtos e caráter da propriedade	1952	1953	1954	1955	1956
Aço total	1,348,509	1,773,954	2,224,595	2,853,105	4,465,422
Estatat	1,274,579	1,617,631	1,978,518	2,485,567	3,973,643
Cooperativas	--	--	--	--	--
<i>Joint-ventures</i>	69,231	146,211	245,578	365,156	491,779
Privado	4,699	10,112	499	2,382	--
Aço laminado total	1,311,897	1,754,161	1,965,337	2,504,817	3,920,975
Estatat	1,089,924	1,401,027	1,535,793	1,891,091	2,979,685
Cooperativas	--	--	--	--	--
<i>Joint-ventures</i>	93,406	135,254	285,434	458,014	941,290
Privado	128,567	217,880	144,140	155,712	--

Fonte: Elaboração própria com base em: Chen, 2017, p. 193.

De acordo com Sigurdson (1977), a planificação econômica chinesa só teria atingido níveis de organização suficientes para ser posta em prática em 1954, devido à baixa integração econômica entre as regiões, por isso dividiram a economia em setores planejados e não planejados, os primeiros relativos aos bens de capital e indústrias de serviço, ao passo que o restante da economia se mantinha fora da planificação (Sigurdson, 1977, p. 7).

No período em seguida, de 1956 a 1977, a China adotou estratégias de socialismo revolucionário, segundo So e Chiu, instituindo a coletivização da agricultura no campo e

nacionalização das indústrias nas zonas urbanas, assim, ao passo que estes setores se expandiam, os recursos chineses eram alocados a partir de planos estatais, diminuindo o papel do setor privado na economia chinesa (So; Chiu, 1995, p. 146). Além disso, ocorreu a política do Grande Salto Adiante, em 1958, buscando transformar coletivos rurais em comunas, contendo atividades industriais e agrícolas, dependendo de recursos locais e mobilização de base (Selden, 1979 *apud* So; Chiu, 1995, p. 146).

O Grande Salto Adiante enfatizava melhorias nas técnicas agrícolas através de um uso sistemático e racionalizado da mão de obra disponível no setor, além de que buscava expandir as pequenas indústrias locais, utilizando força de trabalho rural, partindo de técnicas intensivas em trabalho (Sigurdson, 1977, p. 10). Pequenas usinas siderúrgicas representavam uma categoria principal de pequenas indústrias e foram a base das indústrias rurais durante o início do Grande Salto Adiante (Sigurdson, 1977, p. 185). Os dados setoriais da economia chinesa a partir do fim do socialismo mercantilista de So e Chiu (1995) podem ser percebidos a partir da Tabela 05, com o setor industrial se tornando vetor preponderante na divisão do PIB chinês. Entre 1952 e 1978, a China, estruturada nos moldes do socialismo soviético, dirigida por planos quinquenais e parcialmente conectada à economia-mundo, passou por intensa transformação econômica e social. O crescimento do PIB no período foi de 4,4% a.a. e de 2,3% do PIB per capita. Tal crescimento foi amplamente liderado pela indústria, que cresceu a uma taxa de 9,6% contra uma taxa de apenas 2,2% da agricultura. Em consequência, a indústria, que respondia, em 1952, por apenas 9,9% do PIB chinês, atingiu, em 1978, 34,7%. Essa grande mudança estrutural levou a um declínio substancial da participação da agricultura no produto, de 59% para 33%, mas, devido ao baixo crescimento da produtividade agrícola em relação ao da produtividade industrial, o declínio do emprego agrícola foi mais lento, passando de 83% em 1952 para 72% em 1978 (Medeiros, 2013, p. 445).

Tabela 05 – Estrutura do PIB Chinês (1952-1978)

Setor	1952	1978
Agricultura	58,6	33,7
Indústria	9,9	34,7
Serviços	31,5	31,5
PIB	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de: (Maddison, 1995 *apud* Medeiros, 2013, p. 446)

A produção de aço da China em 1972 foi relatada como sendo de 23 milhões de toneladas. O ferro e o aço são fabricados em uma ampla variedade de tamanhos de plantas industriais. A maior parte do ferro-gusa e do aço era produzida em grandes complexos siderúrgicos localizados em Anshan, Xangai, Wuhan e Pequim. Havia também um número relativamente grande de usinas de médio porte, cada uma com capacidade anual entre 50.000 e 100.000 toneladas ou mais. Além disso, administrações locais, geralmente dos condados, operavam mais de 430 pequenas usinas de ferro-gusa, cada uma produzindo mais de 1.000 toneladas anuais, que denota a participação das grandes indústrias na produção siderúrgica chinesa (Sigurdson, 1977, p. 186). A produção nacional de aço totalizou 23 milhões de toneladas, das quais 20,2 milhões (ou 88%) foram produzidas por grandes empresas; as empresas de médio porte foram responsáveis por 2,8 milhões de toneladas, representando 12% da produção. Já a participação das pequenas empresas foi considerada insignificante, sem percentual relevante registrado (Sigurdson, 1977, p. 187).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias de industrialização de Brasil e China entre as décadas de 1950 e 1980 revelam dinâmicas distintas. No caso brasileiro, a industrialização foi impulsionada pela esfera estatal desde os anos 1930, como resposta à crise da economia cafeeira, o declínio da hegemonia britânica e condições sistêmicas oferecidas pelo aumento da participação estadunidense na economia-mundo capitalista. Esse processo deu origem a um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações, cujo objetivo central era internalizar processos produtivos de bens de capital e de consumo. Instituições como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada em 1941, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, tornaram-se pilares desse esforço de acumulação de capital e desenvolvimento das forças produtivas

A industrialização chinesa, por sua vez, seguiu uma trajetória diferente, marcada por uma economia de comando (planificada) após a Revolução de 1949. Impedida de participar totalmente dos fluxos de mercadorias da economia-mundo capitalista em virtude do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos e seus aliados, a China recorreu à União Soviética como fonte de tecnologia, capital e *know-how* industrial. Essa dependência inicial converteu-se em um modelo de desenvolvimento voltado à indústria pesada (como a siderurgia) e a busca pela autossuficiência produtiva, com o planejamento centralizado dos

Planos Quinquenais e a expansão das capacidades estatais como expressão material do projeto de construção socialista.

Por isso, enquanto o Brasil buscava manter suas conexões com a economia-mundo capitalista através de alianças que financiassem a industrialização nacional pela atração de investimentos externos, a China era repelida dessa mesma dinâmica, construindo um modelo de acumulação voltado à autonomia nacional.

No tocante à relação com a economia-mundo capitalista, as diferenças tornam-se ainda mais nítidas. O Brasil se alçou à semiperiferia da economia-mundo apenas nos anos 70, aproveitando-se das condições favoráveis da fase de expansão material do ciclo sistêmico dos Estados Unidos, caracterizada pelo fluxo de capitais, pela reestruturação da divisão internacional do trabalho e pela consolidação de novos polos industriais além do centro dinâmico da acumulação. A relação do país com o hegemon norte-americano, contudo, foi ambivalente: ao mesmo tempo em que dependia financeiramente dos Estados Unidos, buscava afirmar um projeto nacional com participação estrangeira pontual, sobretudo durante os dois governos de Getúlio Vargas. Essa ambivalência se expressou na combinação entre proteção estatal e penetração controlada de capital estrangeiro, porém esse mesmo capital financeiro externo foi um dos fatores para o fracasso do desenvolvimento autônomo brasileiro.

A China estava apenas parcialmente envolvida nas cadeias mercantis e, conseqüentemente, da expansão material do pós-guerra. Esse isolamento forçado levou à formulação de uma estratégia de industrialização autárquica, na qual o Estado-partido desempenhava papel totalizante sobre a economia e a sociedade. As hostilidades norte-americanas, como o embargo comercial, bloqueio tecnológico e isolamento diplomático, forçaram o governo maoísta a buscar na aliança soviética os meios para sustentar a industrialização pesada.

Assim, enquanto o Brasil se adaptava às pressões sistêmicas de forma pragmática, buscando acomodar-se dentro da economia-mundo capitalista, a China reagia de maneira semelhante à URSS, participando pontualmente nas cadeias mercantis e na divisão internacional do trabalho como país semiperiférico.

Em síntese, o Brasil era totalmente incorporado à lógica da acumulação capitalista liderada a partir dos anos 1940 pelos Estados Unidos, conseguindo atingir taxas de crescimento significativas, mas dependente de capital e tecnologia estrangeiros, e vulnerável às condições mutantes da economia-mundo. Já a China, ao construir um modelo de industrialização apenas parcialmente conectado aos fluxos do capitalismo central, alcançou

relativa autonomia produtiva e estatal, embora às custas de ineficiências econômicas e isolamento, muito em razão das estruturas de manufatura que datavam do momento anterior à sua incorporação à economia-mundo no século XIX. Em ambos os casos, a siderurgia simbolizou um dos vetores da acumulação de capital e do poder estatal: no Brasil, como indústria criada para auxiliar na substituição de importações; na China, como base da edificação de um projeto integrado à economia-mundo capitalista, mas sujeito à maiores pressões geopolíticas sistêmicas.

REFERÊNCIAS

- AREND, Marcelo. O Brasil e o longo século XX: Condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. In: VIEIRA, Rosângela. **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista**. Marília: Oficina Universitária ; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo** Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. Tradução de Edite Sciulli. 2ª Edição. São Paulo, SP: Nobel, 2009.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. E. Bertrand Brasil, 1993.
- CHEN, Nai-Ruen (ed.). **CHINESE ECONOMIC STATISTICS IN THE MAOIST ERA 1949-1965**. Londres: Routledge, 2017.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Um estudo sobre a construção do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: E. Paz e Terra, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 1 (89), pp. 138-153, janeiro-março, 2003.
- GOERTZ, Gary; MAHONEY, James. **A tale of two cultures : qualitative and quantitative research in the social sciences**. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil** ano XIII - 1952. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1953.
- MEDEIROS, Carlos. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa Carlos Aguiar de Medeiros. In: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1; v.2; 924 p.; p. 435-490.
- QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept; or, The Americas in the modern world-system. **International social science journal**, XLIV, 4, p. 549-557, 1992.
- SELDEN, Mark. **The political economy or Chinese development**. 2ª edição. Abingdon/Nova York: Routledge, 2016
- SO, Alvin Y; CHIU, Stephen W. K. **East Asia and the World Economy**. California, Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.
- SIGURDSON, Jon. **Rural industrialization in China**. Cambridge, Massachusetts: Council on East Asian Studies Harvard University, 1977.
- TILLY, Charles. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984.
- VASINI, Matheus. **As forças que conduziram o desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira na era d'O Imperialismo de Livre Comércio**. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2024.

VIEIRA, Rosângela de Lima. A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929. In: VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima e FILOMENO, Felipe A. **O Brasil e o Capitalismo Histórico**: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo. Cultura Acadêmica, pp. 267-296, 2012.

VIEIRA, Pedro Antonio. As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (1840-1949), retraimento e integração mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978-presente). In: OURIQUES, Helton Ricardo. (org.). **Desigualdade, Geocultura e Desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea**: Um olhar desde as (semi)periferias. Florianópolis: E. Insular, 2021.

VIEIRA, Pedro Antonio; OURIQUES, Helton Ricardo; SANTOS, Fábio Pádua dos. Trajetórias divergentes: a América Latina e o Leste Asiático na economia-mundo capitalista. In: VIEIRA, Pedro Antonio. **Economia Política dos Sistemas-Mundo**: Origem, fundamentos teórico-metodológicos e aplicações. Florianópolis: E. Insular, p. 291-335, 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno I**: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: E. Afrontamento, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world-economy**. Essays by Immanuel Wallerstein. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System III**: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy 1730-1840s. Berkeley: University of California Press, 2011.